

JUSTIÇA ESTADUAL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A Justiça Estadual, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos

CERTIFICA

que, sobre o(a) PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, processo nº 0306882-30.2018.8.24.0033, distribuído para o Juízo do Juizado Especial Cível da Comarca de Itajaí e no qual figuram, como AUTOR, MARIA HELIETE DE FARIAS - CPF: 007.988.889-54 (representado(a) por DANIELLA DOS SANTOS - OAB: SC034570) e, como RÉU, AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. - CNPJ: 07.707.650/0001-10 (representado(a) por CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS - OAB: RJ111030 e ALAN SAMPAIO CAMPOS - OAB: BA037491), LILIAMAR FATIMA PARMEGGIANI PESTANA MARQUES GOMES - CPF: 434.307.590-72 (representado(a) por FABIANO SACHET - OAB: RS052872), constam os seguintes eventos: em 11/06/2018 10:45:14, Distribuído por sorteio (SAJ); em 11/06/2018 13:11:09, Conclusos para despacho; em 11/06/2018 15:43:50, Determinado a emenda da inicial - Intime-se a parte Autora para que no prazo de 10 (dez) dias junte aos autos certificado de registro e licenciamento do veículo (CRLV), sob pena de indeferimento da inicial.Cumpra-se.; em 12/06/2018 15:21:04, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0125/2018 Teor do ato: Intime-se a parte Autora para que no prazo de 10 (dez) dias junte aos autos certificado de registro e licenciamento do veículo (CRLV), sob pena de indeferimento da inicial.Cumpra-se. Advogados(s): Daniella dos Santos (OAB 34570/SC); em 14/06/2018 20:45:45, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0125/2018 Data da Publicação: 14/06/2018 Número do Diário: 2839 Página: ; em 20/06/2018 11:34:50, Apresentação de documentos - Nº Protocolo: WIJI.18.10064728-3 Tipo da Petição: Apresentação de documentos Data: 20/06/2018 11:20 ; em 20/06/2018 17:58:41, Conclusos para despacho; em 21/06/2018 17:16:42, Audiência Designada - SAJ - Conciliatória Data: 10/09/2018 Hora 17:00 Local: Sala de Audiências do Juizado Especial Cível Situação: Realizada; em 02/07/2018 14:49:09, Designada audiência - 1) Designo a audiência de conciliação para o dia 10/09/2018 às 17:00 horas. Nessa oportunidade, caso inexitosa a conciliação, a parte ré deverá oferecer contestação em audiência, oral ou por escrito (art. 30, da Lei 9.099/95), apresentando desde logo, rol de testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal.2) Expeça-se ofício citatório à parte ré, para que compareça à audiência conciliatória designada, juntamente com cópia do pedido inicial, e constando as advertências dos art.18 a 20, da Lei 9.099/95, e ainda, dos artigos 332 e 344, do CPC.3) Indefiro o pedido de justiça gratuita, porquanto não comprovada a hipossuficiência. Cumpra-se.; em 02/07/2018 19:01:17, Expedido ofício - SAJ - Digital - Citação Juizado Especial Cível - Autoenvelopável - AR Simples; em 02/07/2018 19:01:22, Expedido ofício - SAJ - Digital - Citação Juizado Especial Cível - Autoenvelopável - AR Simples; em 02/07/2018 21:39:34, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0132/2018 Teor do ato: 1) Designo a audiência de conciliação para o dia 10/09/2018 às 17:00 horas. Nessa oportunidade, caso inexitosa a conciliação, a parte ré deverá oferecer contestação em audiência, oral ou por escrito (art. 30, da Lei 9.099/95), apresentando desde logo, rol de testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal.2) Expeça-se ofício citatório à parte ré, para que compareça à audiência conciliatória designada, juntamente com cópia do pedido inicial, e constando as advertências dos art.18 a 20, da Lei 9.099/95, e ainda, dos artigos 332 e 344, do CPC.3) Indefiro o pedido de justiça gratuita, porquanto não comprovada a hipossuficiência. Cumpra-se. Advogados(s): Daniella dos Santos (OAB 34570/SC); em 04/07/2018 07:11:42, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0132/2018 Data da Publicação: 04/07/2018 Número do Diário: 2853 Página: ; em 20/07/2018 08:05:29, Juntada de AR - Juntada de AR : AR892310612TJ Situação : Cumprido Modelo : Digital - Citação Juizado Especial Cível - Autoenvelopável - AR Simples Destinatário : Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A Diligência : 18/07/2018; em 20/07/2018 08:05:29, Juntada; em 20/07/2018 08:05:38, Certidão emitida - Certidão Automática de Juntada do AR; em 24/07/2018 03:05:48, Juntada; em 24/07/2018 03:05:49, Juntada de AR - Juntada de AR : AR892310626TJ Situação : Cumprido Modelo : Digital - Citação Juizado Especial Cível - Autoenvelopável - AR Simples Destinatário : Pestana Leilões Diligência : 19/07/2018; em 24/07/2018 03:05:54, Certidão emitida - Certidão Automática de Juntada do AR; em 01/08/2018 20:15:31, Juntada de Petição - Nº Protocolo: WIJI.18.10082619-6 Tipo da Petição: Petição Data: 01/08/2018 18:57 ; em 06/09/2018 16:53:01, Juntada petição de contestação - Nº Protocolo: WIJI.18.10098302-0 Tipo da Petição: Contestação Data: 06/09/2018 15:36 ; em 06/09/2018 17:29:06, Juntada petição de contestação - Nº Protocolo: WIJI.18.10098367-4 Tipo da Petição: Contestação Data: 06/09/2018 16:22 ; em 11/09/2018 13:51:12, Expedido termo - Aberta a audiência, apregoadas as partes, presentes os acima identificados. Feita a proposta conciliatória a mesma resultou inexitosa. Dada a palavra ao procurador do Requerido Pestana Leilões, este informou que foi protocolada a defesa em forma de contestação, acompanhada de procuração e demais documentos, por meio de peticionamento eletrônico, devidamente juntado aos autos. Ainda, solicitou prazo para a juntada de carta de preposição, sendo concedidos 05 (cinco) dias.Dada a palavra ao preposto do Requerido Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento SA, este informou que foi protocolada a defesa em forma de contestação, acompanhada de procuração e demais documentos, por meio de peticionamento eletrônico, devidamente juntado aos autos. Ainda, solicitou prazo para a juntada de carta de preposição, sendo concedidos 05 (cinco) dias.Dada a palavra à procuradora da Requerente para se manifestar, esta pleiteou por prazo, sendo concedidos 10 (dez) dias.Ato contínuo, indagadas as partes acerca de produção de prova em eventual audiência de instrução e julgamento, a procuradora da Requerente e o procurador do Requerido Pestana Leilões pleitearam pela produção de prova testemunhal, ao passo que o Requerido Aymoré pleiteou por julgamento antecipado da lide. Transcorrido o prazo para manifestação, remetam-se os autos para o MM. Juiz Togado para deliberação. Nada mais.; em 20/09/2018 17:03:44, Juntada de Manifestação sobre a contestação - Nº Protocolo: WIJI.18.10103718-7 Tipo da Petição: Manifestação sobre a contestação Data: 20/09/2018 15:38

; em 20/09/2018 17:09:46, Juntada de Manifestação sobre a contestação - Nº Protocolo: WIJI.18.10103721-7 Tipo da Petição: Manifestação sobre a contestação Data: 20/09/2018 15:41 ; em 21/09/2018 13:46:42, Conclusos para decisão interlocutória; em 21/05/2019 15:32:12, Audiência Designada - SAJ - Instrução e Julgamento Data: 22/08/2019 Hora 16:00 Local: Sala de Audiências do Juizado Especial Cível Situação: Realizada; em 21/05/2019 18:20:30, Decisão interlocutória - SAJ - Vistos, etc. I - Defiro o pedido de retificação do polo passivo da Requerida Liliamar Fátima Parmeggiani Pestana Marques Gomes. II - Inicialmente, incabível o acolhimento da preliminar de ilegitimidade passiva aventado pela Requerida Liliamar. Sobre o tema ensina Hélio do Valle Pereira: [...] as condições da ação não representam o mérito, mas uma relação de logicidade entre a versão do autor e o seu pedido, tendo em vista a viabilidade da provocação da jurisdição. De tal modo, toda pessoa pode ir a juízo, mas apenas aqueles que indicarem uma vinculação com a situação retratada no processo poderão efetivamente exercer a ação, permitindo a análise de mérito. (Manual de Direito Processual Civil, Florianópolis: Conceito Editorial, 2008, p. 81-82). Nessa linha de raciocínio, anota-se que a legitimidade passiva encontra-se vinculada aquele sujeito em face do qual a pretensão levada a juízo deverá produzir seus efeitos, na hipótese de ser acolhida a relação de congruência que se infere das repercussões da causa de pedir, bem como do pedido correlato. Assim, é fundamental, para a análise acerca da legitimidade ad causam, levar em consideração apenas os elementos da ação proposta, à luz da teoria da asserção. No caso presente, a vinculação das partes se dá em vista do fato de a Requerida ter atuado na guarda do veículo da Autora, sendo que, o fato do veículo chegar com as avarias ou terem sido realizadas no âmbito dos cuidados da Requerida se confunde com o mérito e com ele vai ser analisado. Desta forma, deixo de acolher a preliminar aventada. III - A Requerida Aymoré aduziu a falta de interesse de agir da Autor pela inadequação da via eleita. Entretanto, melhor sorte não a socorre. O procedimento por si informado tratava-se de ação de busca e apreensão, onde a Requerida pleiteava a busca do bem objeto da Lide e, naquela, as partes chegaram a um acordo. Entretanto, os danos eventualmente ocorridos demandam novo procedimento, para fins de se verificar quem possui responsabilidade sobre os mesmos e, desta forma, acrescido ao princípio do livre acesso a justiça (art. 5º, XXXV da Constituição da República Federativa do Brasil), não há como acolher a preliminar ventilada. IV - Por fim, também não merece acolhida a tese de incompetência do Juízo pela necessidade de prova pericial, visto que, pela documentação apresentada pela Autora, existem avarias no seu veículo e, a lide não gira em torno de tal objeto mas, de quando as mesmas foram produzidas, se quando da guarda pelas Requeridas ou em momento anterior e, tal prova, não demanda perícia para ser produzida. Assim, indefiro a preliminar aventada e mantenho a competência deste Juizado Especial Cível. V - Saneado o feito, diante da necessidade de produção da prova testemunhal, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22/08/2019, às 16:00 horas. O rol de testemunhas, limitadas a 03 (três) testemunhas por parte (art. 34 da Lei 9.099/95), deve ser apresentado no prazo de 15 dias, conforme arts. 357, § 4º, e 450, ambos do CPC. Os testigos devem ser trazidos independentemente de convocação judicial ou intimados pelo advogado via carta com aviso de recebimento, nos termos do art. 455 do CPC. A intimação pelo cartório somente será efetuada nas hipóteses do art. 455, § 4º, do CPC, quais sejam, comprovação da frustração da tentativa efetuada pelo causídico (I), ordem judicial (II), testemunho de agente público (III). Expeça(m)-se carta(s) precatória(s) para oitiva da(s) testemunha(s) porventura residente(s) fora da comarca, conforme o endereço mais atualizado fornecido, acaso arroladas pelas partes. VI - Intimem-se.; em 23/05/2019 18:11:41, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0065/2019 Teor do ato: Vistos, etc. I - Defiro o pedido de retificação do polo passivo da Requerida Liliamar Fátima Parmeggiani Pestana Marques Gomes. II - Inicialmente, incabível o acolhimento da preliminar de ilegitimidade passiva aventado pela Requerida Liliamar. Sobre o tema ensina Hélio do Valle Pereira: [...] as condições da ação não representam o mérito, mas uma relação de logicidade entre a versão do autor e o seu pedido, tendo em vista a viabilidade da provocação da jurisdição. De tal modo, toda pessoa pode ir a juízo, mas apenas aqueles que indicarem uma vinculação com a situação retratada no processo poderão efetivamente exercer a ação, permitindo a análise de mérito. (Manual de Direito Processual Civil, Florianópolis: Conceito Editorial, 2008, p. 81-82). Nessa linha de raciocínio, anota-se que a legitimidade passiva encontra-se vinculada aquele sujeito em face do qual a pretensão levada a juízo deverá produzir seus efeitos, na hipótese de ser acolhida a relação de congruência que se infere das repercussões da causa de pedir, bem como do pedido correlato. Assim, é fundamental, para a análise acerca da legitimidade ad causam, levar em consideração apenas os elementos da ação proposta, à luz da teoria da asserção. No caso presente, a vinculação das partes se dá em vista do fato de a Requerida ter atuado na guarda do veículo da Autora, sendo que, o fato do veículo chegar com as avarias ou terem sido realizadas no âmbito dos cuidados da Requerida se confunde com o mérito e com ele vai ser analisado. Desta forma, deixo de acolher a preliminar aventada. III - A Requerida Aymoré aduziu a falta de interesse de agir da Autor pela inadequação da via eleita. Entretanto, melhor sorte não a socorre. O procedimento por si informado tratava-se de ação de busca e apreensão, onde a Requerida pleiteava a busca do bem objeto da Lide e, naquela, as partes chegaram a um acordo. Entretanto, os danos eventualmente ocorridos demandam novo procedimento, para fins de se verificar quem possui responsabilidade sobre os mesmos e, desta forma, acrescido ao princípio do livre acesso a justiça (art. 5º, XXXV da Constituição da República Federativa do Brasil), não há como acolher a preliminar ventilada. IV - Por fim, também não merece acolhida a tese de incompetência do Juízo pela necessidade de prova pericial, visto que, pela documentação apresentada pela Autora, existem avarias no seu veículo e, a lide não gira em torno de tal objeto mas, de quando as mesmas foram produzidas, se quando da guarda pelas Requeridas ou em momento anterior e, tal prova, não demanda perícia para ser produzida. Assim, indefiro a preliminar aventada e mantenho a competência deste Juizado Especial Cível. V - Saneado o feito, diante da necessidade de produção da prova testemunhal, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22/08/2019, às 16:00 horas. O rol de testemunhas, limitadas a 03 (três) testemunhas por parte (art. 34 da Lei 9.099/95), deve ser apresentado no prazo de 15 dias, conforme arts. 357, § 4º, e 450, ambos do CPC. Os testigos devem ser trazidos independentemente de convocação judicial ou intimados pelo advogado via carta com aviso de recebimento, nos termos do art. 455 do CPC. A intimação pelo cartório somente será efetuada nas hipóteses do art. 455, § 4º, do CPC, quais sejam, comprovação da frustração da tentativa efetuada pelo causídico (I), ordem judicial (II), testemunho de agente público (III). Expeça(m)-se

carta(s) precatória(s) para oitiva da(s) testemunha(s) porventura residente(s) fora da comarca, conforme o endereço mais atualizado fornecido, acaso arroladas pelas partes. VI - Intimem-se. Advogados(s): Daniella dos Santos (OAB 34570/SC), Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 42176/SC), Fabiano Sachet (OAB 52872/RS); em 27/05/2019 11:33:36, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0065/2019 Data da Publicação: 27/05/2019 Número do Diário: 3067 Página: ; em 01/06/2019 00:09:03, Juntada de Petição - Nº Protocolo: WIJI.19.10065629-1 Tipo da Petição: Petição Data: 31/05/2019 17:25 ; em 03/06/2019 11:36:52, Conclusos para despacho; em 03/06/2019 17:33:40, Mero expediente - SAJ - Desentranhem-se a petição e documentos de pp. 176/222, eis que diz respeito a feito distinto. Torno sem feito o ato ordinatório de p. 223. Aguarde-se a audiência aprazada.; em 04/06/2019 15:53:44, Juntada; em 21/08/2019 14:00:09, Apresentação de documentos - Nº Protocolo: WIJI.19.10100379-8 Tipo da Petição: Apresentação de documentos Data: 21/08/2019 13:47 ; em 22/08/2019 17:15:18, Expedido termo - Aberta a audiência, apregoadas as partes, presentes os acima identificados. Feita a proposta conciliatória, a mesma restou inexitosa. As partes não possuem provas a produzir, sendo assim requereram pelo julgamento da lide. Alegações finais remissivas. Remetam-se os autos ao gabinete para prolação da sentença. Nada mais.; em 22/08/2019 18:26:02, Conclusos para sentença; em 24/10/2019 16:02:30, Julgado improcedente o pedido - III- Ante ao exposto, julgo improcedente o pedido formulado na presente ação, com resolução do mérito, com fulcro no art. 269, I do CPC, pondo fim à fase cognitiva da demanda. Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 55, da Lei nº 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Decorrido o trânsito em julgado, archive-se. - tipo 1; em 24/10/2019 16:02:34, Certificado a publicação e registro da sentença; em 24/10/2019 16:02:44, Certidão emitida - Certidão de Publicação e Registro de Sentença; em 24/10/2019 21:40:50, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0215/2019 Teor do ato: III- Ante ao exposto, julgo improcedente o pedido formulado na presente ação, com resolução do mérito, com fulcro no art. 269, I do CPC, pondo fim à fase cognitiva da demanda. Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 55, da Lei nº 9.099/95). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Decorrido o trânsito em julgado, archive-se. Advogados(s): Daniella dos Santos (OAB 34570/SC), Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 42176/SC), Fabiano Sachet (OAB 52872/RS), Alan Sampaio Campos (OAB 148140/RJ); em 29/10/2019 10:10:39, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0215/2019 Data da Publicação: 29/10/2019 Número do Diário: 3176; em 12/11/2019 11:18:42, Recurso nominado - Nº Protocolo: WIJI.19.10137950-0 Tipo da Petição: Recurso Inominado Data: 12/11/2019 10:50 ; em 13/11/2019 11:06:46, Ato ordinatório-intimação contrarrazões - JEC - Tendo em vista a tempestividade do recurso interposto, fica intimada a parte REQUERIDA para apresentar contrarrazões, no prazo de 10 dias.; em 13/11/2019 21:48:52, Encaminhado edital/relação para publicação - Relação: 0240/2019 Teor do ato: Tendo em vista a tempestividade do recurso interposto, fica intimada a parte REQUERIDA para apresentar contrarrazões, no prazo de 10 dias. Advogados(s): Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 42176/SC), Fabiano Sachet (OAB 52872/RS), Alan Sampaio Campos (OAB 148140/RJ); em 18/11/2019 10:27:01, Certificada a publicação da relação de intimação de advogado - Relação :0240/2019 Data da Publicação: 18/11/2019 Número do Diário: 3190; em 28/11/2019 17:39:16, Juntada petição de contrarrazões - Nº Protocolo: WIJI.19.10144775-0 Tipo da Petição: Contrarrazões Data: 28/11/2019 16:50 ; em 02/12/2019 16:29:52, Juntada petição de contrarrazões - Nº Protocolo: WIJI.19.10145721-7 Tipo da Petição: Contrarrazões Data: 02/12/2019 16:12 ; em 06/12/2019 11:28:22, Remetido recurso eletrônico ao Tribunal de Justiça/Turma de Recursos; em 06/12/2019 11:29:24, Certidão emitida - Certidão de remessa de recurso eletrônico; em 06/12/2019 17:40:21, Juntada; em 21/08/2020 17:40:05, Juntada; em 24/08/2020 13:06:35, Juntada; em 26/08/2020 18:59:57, Juntada; em 11/09/2020 17:50:07, Juntada; em 14/09/2020 19:02:09, Juntada; em 07/10/2020 09:43:12, Juntada; em 09/10/2020 17:19:35, Recebido recurso eletrônico - Data do julgamento: 10/09/2020 Trânsito em julgado: Tipo de julgamento: Acórdão Decisão: Negaram provimento ao recurso. V. U. Situação do provimento: Não-Provimento Relator: Davidson Jahn Mello; em 09/10/2020 17:19:42, Juntada; em 09/10/2020 17:42:34, Juntada de certidão - Extrato com dados do processo migrado do SAJ para o EPROC.; em 09/10/2020 17:43:24, Ato ordinatório praticado; em 09/10/2020 17:43:24, Expedida/certificada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 63 (RÉU - AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.) Prazo: 15 dias Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 15/10/2020 00:00:00 Data final: 06/11/2020 23:59:59; em 09/10/2020 17:43:24, Expedida/certificada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 63 (RÉU - LILIAMAR FATIMA PARMEGGIANI PESTANA MARQUES GOMES) Prazo: 15 dias Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 21/10/2020 00:00:00 Data final: 12/11/2020 23:59:59; em 09/10/2020 17:43:24, Expedida/certificada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 63 (AUTOR - MARIA HELIETE DE FARIAS) Prazo: 15 dias Status:FECHADO Data inicial da contagem do prazo: 14/10/2020 00:00:00 Data final: 05/11/2020 23:59:59; em 09/10/2020 19:10:53, Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 66; em 09/10/2020 19:10:53, CIÊNCIA, COM RENÚNCIA AO PRAZO - Refer. ao Evento: 66; em 13/10/2020 18:09:06, Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 64; em 19/10/2020 23:59:59, Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 65; em 07/11/2020 01:15:58, Decorrido prazo - Refer. ao Evento: 64; em 12/11/2020 10:58:35, CIÊNCIA, COM RENÚNCIA AO PRAZO - Refer. ao Evento: 65. Certifica, ainda, que os assuntos cadastrados no mencionado processo são: Indenização por dano material, Responsabilidade civil, DIREITO CIVIL e Indenização por dano moral, Responsabilidade civil, DIREITO CIVIL. Certifica, por fim, que o valor da causa é de R\$ 14.918,22.

Certidão gerada via internet.

Esta certidão pode ser validada no site <https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc> (Consulta Pública / Consulta Autenticidade de Certidão Narratória) com os seguintes dados:

Número do processo: 03068823020188240033

Número da Certidão: 50750

Código de Segurança: f83581c3

Data de geração: 29/01/2021 11:55:17

